

# CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ nº 03.505.185/0001-84  
Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
ATIVO	Notas explicativas	2023	2022	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10	74.396	59.109	
Títulos e valores mobiliários	10	-	93	
Contas a receber de clientes	11	60.876	39.088	
Estoques		6.031	9.038	
Impostos a recuperar	12	5.616	1.485	
Outras contas a receber		867	727	
Adiantamento a fornecedores		575	-	
Ativos mantidos para venda		1.470	1.470	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>149.831</b>	<b>111.010</b>	
<b>Não Circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo:</b>				
Títulos e valores mobiliários	10	-	2.209	
Impostos a recuperar	12	3.826	6.735	
Contas a receber de clientes	11	5.991	6.104	
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	83.736	46.924	
Ativo fiscal diferido	21	19.601	20.852	
Outras contas a receber		-	165	
Depósitos judiciais		59	74	
		<b>113.213</b>	<b>83.063</b>	
Imobilizado	13	179.899	135.660	
Direito de uso - Arrendamento		353	-	
Intangível		79	106	
		<b>180.331</b>	<b>135.766</b>	
		<b>293.544</b>	<b>218.829</b>	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>443.375</b>	<b>329.839</b>	
<b>Total do Ativo</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>54.904</b>	<b>4.491</b>	<b>3.603</b>	<b>33.378</b>	-	<b>2</b>	<b>96.378</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.402	-	30.402
Aumento do capital social	27.220	-	-	-	-	-	27.220
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	30.402	(30.402)	-	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(3)	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>82.124</b>	<b>4.491</b>	<b>3.603</b>	<b>63.780</b>	-	<b>(1)</b>	<b>153.997</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.942	-	46.942
Reserva legal	-	-	2.347	-	(2.347)	-	-
Aumento do capital social	10.101	-	-	-	-	-	10.101
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	44.595	(44.595)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.451)	-	-	(16.451)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(6)	(6)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>92.225</b>	<b>4.491</b>	<b>5.950</b>	<b>91.924</b>	-	<b>(7)</b>	<b>194.583</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. ("CRVR" ou "Companhia") opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão. As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí. Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades. Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. A licença operacional para cada aterro sanitário possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 11 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.** **• Nota explicativa nº 13 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável.** principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; **• Nota explicativa nº 20 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos civis, trabalhista e fiscal;** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa nº 21 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias.** **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionada acima no item (a); **c) Mensuração do valor justo.** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;** **• Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);** **• Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: (a) Receita de contrato com clientes; (b) Receitas financeiras e despesas financeiras; (c) Benefícios a empregados; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Ativo imobilizado; (g) Instrumentos financeiros; (h) Redução ao valor recuperável (impairment); (i) Provisões; (j) Ativos não circulantes mantidos para venda; (k) Distribuição de dividendos; (l) Arrendamento; a) **Receita de contrato com clientes:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é trans-

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas Explicativas	2023	2022
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>24</b>	<b>240.197</b>
Custo dos serviços prestados		(144.431)	(128.878)
<b>Lucro bruto</b>		<b>95.766</b>	<b>56.800</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais	26	(5.223)	(2.576)
Despesas administrativas	27	(10.965)	(8.178)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(3.244)	213
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>		<b>(19.432)</b>	<b>(10.541)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>76.334</b>	<b>46.259</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	29	21.250	7.006
Despesas financeiras	29	(22.491)	(6.689)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(1.241)</b>	<b>317</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>75.093</b>	<b>46.576</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	21	(26.900)	(19.709)
Diferido	21	(1.251)	3.535
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>46.942</b>	<b>30.402</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>31</b>	
<b>Lucro por ação - básico e diluído - em RS</b>		<b>0,57</b>	<b>0,53</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	46.942	30.402	
Remensuração do passivo de benefício definido	(6)	(3)	
<b>Total do resultado abrangente da Companhia</b>	<b>46.936</b>	<b>30.399</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos. A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas. **g) Instrumentos financeiros - i) Reconhecimentos e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente – Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a intenção de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** **• Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;** e **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativ**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em suas demonstrações financeiras. **vi) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **h) Redução ao valor recuperável (impairment):** **i) Ativos financeiros não - derivativos:** A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. **ii) Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;** **• Investimentos de dívida mensurados ao VJORA;** e **• Ativos de contrato.** A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Com-**

**continua**